

## **O potencial das cooperativas de agricultura familiar para a redução da insegurança alimentar no Brasil**

Monique de Paula Barros Nunes<sup>1</sup>; André Yves Cribb<sup>2</sup>

**Resumo:** A crescente preocupação com a insegurança alimentar e a necessidade de promover práticas ambientais responsáveis em todos os setores produtivos impulsionam a busca por soluções eficientes e sustentáveis para a produção de alimentos. Diante desse cenário, o fortalecimento das cooperativas agroalimentares surge como uma alternativa promissora para atender a essas demandas da sociedade. O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, o papel das cooperativas agrícolas na redução da insegurança alimentar, ressaltando a importância de valorizá-las e apoiar seu desenvolvimento por meio de políticas públicas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada na análise de conteúdo de fontes obtidas nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO. Os resultados indicam que as cooperativas, enquanto empresas de propriedade dos seus membros, desempenham um papel significativo no fortalecimento da agricultura familiar, além de apresentarem casos de sucesso em contextos adversos. Conclui-se que as cooperativas agroalimentares têm grande potencial para contribuir na redução da insegurança alimentar. A pesquisa se mostra relevante ao oferecer uma análise sobre o papel das cooperativas na redução da insegurança alimentar, contribuindo para abertura do debate sobre estratégias de fortalecimento dessas organizações.

**Palavras-Chave:** Insegurança alimentar; Cooperativas agroalimentares; Agricultura familiar; Sustentabilidade

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão & Estratégia (PPGE), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, moniquepbnunes@gmail.com

<sup>2</sup> Engenheiro agrônomo, M.Sc. em Desenvolvimento Agrícola, D.Sc. em Engenharia de Produção, pesquisador da Embrapa Agroindústria de Alimentos, andre.cribb@embrapa.br

## 1. Introdução

O número de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo é alarmante. O relatório “Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)” que foi publicado em julho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO et al, 2022), mostra esse número aumentou no Brasil. O relatório apresenta que em 2022, 70,3 milhões de pessoas estavam em estado de insegurança alimentar moderada, que é quando há dificuldades para uma alimentação satisfatória, e o número de pessoas que estavam em insegurança alimentar grave, que é caracterizado pelo estado de fome era de 21,1 milhões.

Há uma grande preocupação pois o país que saiu do Mapa da fome em 2014 voltou a ter índices muito ruins, como apontado no parágrafo anterior, retornando para o Mapa em 2022. No ano de 2018, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, já havia apontado a piora nos indicadores de segurança alimentar, que vinha em uma crescente melhora nas últimas PNADs. Cabe ressaltar que em 2022 o mundo enfrentava a pandemia de Covid-19 e o Brasil passava por uma série de problemas que aceleraram ainda mais o processo de aumento da insegurança alimentar com a inflação dos alimentos, desemprego, desmonte de políticas públicas e a falta de estratégias que protegessem a população mais vulnerável.

A partir de 2023, há uma série de esforços e medidas para melhorar a segurança alimentar no país. A adoção de políticas públicas que levem proteção social à população mais vulnerável, a baixa da inflação e consequente melhora no mercado de trabalho, diminuindo o número de desempregados, além de outras medidas como o reajuste do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que já estava sem aumento há 5 anos, conseguiu-se melhorar os índices, levando a 8,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (PNADC).

Em meio a esse cenário, as soluções para levar alimentos de qualidade até a mesa da população deve ir além das questões de quantidade de produção, já que segundo representantes da Embrapa e da Federação de Agricultura do Estado (Farsul) o país produziu alimentos para alimentar em média 1,6 bilhão de pessoas no ano de 2021 e é a grande esperança de que em 30 anos haja comida para toda a população global. Com essa produção tão alta, fica evidente que existem outras questões que precisam ser levadas em conta ao falar de insegurança alimentar. Nesse contexto, as cooperativas agrícolas podem ser importantes ferramentas na busca por segurança alimentar. Essas organizações são constituídas pela união de produtores agrícolas que em conjunto, buscam melhores condições para produção e comercialização de seus produtos. O modo de produção agrícola das cooperativas se diferencia por ser mais sustentável, por poder comercializar seus alimentos a preços mais justos e por aumentar a disponibilidade, o acesso e a qualidade dos alimentos.

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023, que é divulgado pelo sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Já são 20,5 milhões de cooperados no país, reunidos em 4.693 cooperativas, somando 524 mil empregos e chegando a um faturamento de aproximadamente R\$ 656 bilhões, 6% do PIB brasileiro. Esses números mostram que já há uma consolidação deste modelo de negócios no país.

A partir do cenário apresentado e seu estado de urgência, há uma crescente demanda por soluções que abordem questões que vão além da quantidade de produção de alimentos, mas exploram sua distribuição e qualidade. As cooperativas agrícolas, podem ser importantes ferramentas na busca por segurança alimentar. No entanto, apesar de existirem estudos sobre o

impacto econômico dessas cooperativas, ainda há pouca discussão sobre o papel específico que elas desempenham no combate à insegurança alimentar. Esta pesquisa visa começar a preencher essa lacuna, investigando a partir da literatura existente, evidências de que as cooperativas agrícolas podem contribuir para a redução da insegurança alimentar e por isso devem ser fortalecidas, especialmente em um contexto de crise.

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1. Segurança alimentar

O Mapa da Fome é uma ferramenta da Organização das Nações Unidas (ONU) que indica os países onde há algum grau de insegurança alimentar. O Brasil passou grande parte de sua história incluído este mapa, saindo, pela primeira vez, em 2014, e retornando em 2021 (JUNIOR, 2021). Esse retorno ao mapa da fome reflete o agravamento das desigualdades sociais e econômicas, assim como a vulnerabilidade das populações mais pobres diante de crises políticas e sanitárias, como foi a pandemia de COVID-19 (PAGNOSSIN, 2024).

Para falar de fome no Brasil, remetemos aos estudos de Josué de Castro, médico, geógrafo, político e intelectual nascido no Recife em 1908 e autor de *Geografia da Fome*, publicado originalmente em 1964. Reconhecido internacionalmente, Castro se dedicou a estudar a fome, observando detalhadamente suas causas. Por, desde pequeno, ter se deparado com a realidade da desigualdade social, talvez o autor tenha se empenhado em expor a situação das pessoas menos favorecidas. Apesar de ter escrito suas reflexões e descobertas há décadas, suas obras são tão atuais quanto a fome no Brasil.

Castro (1959) demonstra em seus estudos que a fome é a raiz de outros males sociais, tais como doenças, cansaço extremo e insônia. Uma pessoa com fome não trabalha bem, não dorme bem e não se relaciona bem. O autor logo percebeu que não basta produzir os alimentos para acabar com a problemática da fome. O Brasil é um produtor em massa de alimentos, sendo, inclusive, historicamente, um grande exportador. Mas o “x” da questão está na distribuição e na qualidade, em garantir que todos consigam consumir o que está sendo produzido. Nas palavras de Castro:

A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo (Castro, 1965, p. 424).

A insegurança alimentar possui diversos estágios e reflete a ausência do cumprimento do direito fundamental das pessoas à alimentação. Cabe ressaltar que essa insegurança é mais do que falta de alimentos ou renda, mas envolve também as condições de acesso e de qualidade dos alimentos (Schappo, 2021).

O relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, publicado pela Organização Mundial da Alimentação e Agricultura (FAO et al, 2022) mostrou que a pandemia

de Covid-19 colocou os sistemas agroalimentares em foco, mostrando o quão frágil ele é e o quanto foi impactado, resultando no aumento da fome global.

Para Zimmermann e de Paula (2021), a fome e a pobreza não devem ser consideradas como eventos incontornáveis, mas como resultado de opções políticas e da ineficiência em cumprir deliberações presentes na constituição de 1988 que prevê como prioridade a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse contexto, a necessidade de políticas que levem à uma alimentação saudável, à saúde, à educação e outros direitos básicos é evidente, pois estes são direitos essenciais da população. Os autores destacam que “por isso, é preciso ver a fome como fenômeno social, e assim uma expressão adicional das mazelas que têm corroído o tecido social, derivadas da pobreza, da exclusão e da desproteção governamental” (Zimmermann e de Paula, 2022).

## *2.2. Agricultura Familiar*

De acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), três características são primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: Não possuir área maior do que quatro módulos fiscais, ter a mão de obra utilizada nas atividades econômicas predominantemente familiar e ter o maior percentual da renda obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Para os sociólogos, os agricultores familiares possuem uma forma específica de trabalho e produção, caracterizada por um espaço geográfico definido com a atividade de produção sendo exercida pela interação de um grupo familiar, meios de produção, a terra e outras famílias produtoras. (Schneider, 2016).

No texto “Estratégias para a Agricultura Familiar” (Embrapa, 2020), destaca-se que a agricultura familiar tem um papel completamente vinculado à segurança alimentar e nutricional da população brasileira. É ressaltado que as produções familiares não fazem somente o desenvolvimento das economias locais como é importante para o desenvolvimento de maneira sustentável, pois estabelece métodos de produção a partir de uma relação de vínculos entre os produtores, o ambiente e a produção.

Grisa, Gazolla e Schneider (2010) ressaltam que a agricultura familiar e o autoconsumo da produção atendem à critérios de segurança alimentar como a qualidade dos alimentos – pois são utilizados menos agrotóxicos e conservantes, possuem uma produção mais sustentável e levam ao consumidor produtos mais “frescos e naturais” -, a diversidade dos alimentos, pois diferentemente do agronegócio, a agricultura familiar não é adepta da monocultura, mas produz uma maior diversidade de produtos, e a manutenção dos hábitos de consumo, pois os próprios produtores podem fazer seus alimentos e conservar os hábitos de sua região.

Segundo o Censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% dos estabelecimentos agro eram classificados como agricultura familiar, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos. A agricultura familiar era responsável por 107 bilhões de reais em produção, equivalente a 23% de toda a produção agropecuária brasileira.

Vasques (2016) analisou a confiança e a reciprocidade na prática da feira-livre em Chapecó, identificando que são fatores importantes não-econômicos que constroem a identidade do consumidor com o produtor e que estão ligados a estratégias de reprodução social que são capazes de superar o modelo tradicional de mercado. Essa mesma identidade, pode ser encontrada na comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), a relevância da agricultura familiar na produção dos alimentos e no desenvolvimento de uma economia sustentável tem despertado o debate e o apoio de diversos setores da sociedade.

### 2.3. Cooperativa

Segundo a OCB (2023), a primeira cooperativa surgiu na Inglaterra, em 1844, criada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de abrirem um armazém onde conseguissem comprar alimentos em grande quantidade por um preço acessível e conseguissem sobreviver durante uma crise no país. Alguns princípios desta iniciativa são seguidos até os dias atuais. Se tratando do Brasil, Schneider e Lauschner (1979) acreditam que o cooperativismo teve início no período da passagem do século XIX para o Século XX.

No entanto, para Castilha (2019), o cooperativismo é tão antigo quanto a humanidade, podendo ser reconhecido em atos desde os primórdios da civilização. Para o autor, a cooperação surge a partir da necessidade individual de obter algo e que com a colaboração e o coletivismo o enfrentamento das dificuldades fica mais palpável. Assim, o cooperativismo une as características individuais dos cooperados com seus objetivos e necessidades em comum. A definição de cooperativa pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é:

Uma cooperativa é uma organização formada por meio da associação de pessoas em torno de um objetivo comum e onde todos os cooperados são donos do negócio. Por exemplo, um grupo de pais, que deseja que seus filhos tenham acesso a um ensino de qualidade em sua região, pode se reunir e formar uma cooperativa educacional que vai ministrar aulas regulares. Diferente das empresas convencionais que podem ter um único dono e são guiadas pelo lucro, as cooperativas são guiadas por princípios e visam o bem-estar dos cooperados - até por isso, precisam ser competitivas e apresentar bons resultados (OCB, 2023)

Outra definição, dada por Simonetti e Silva (2017), diz que as cooperativas são sociedades de pessoas que prestam serviços aos associados, promovem a economia e o desenvolvimento local. Além disso, possuem como princípio oferecer qualidade de vida aos cooperados.

O artigo 3º, da Lei no 5.764/71, a definição de cooperativa é:

Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. (Brasil, 1988).

O papel do cooperativismo vem sendo fortalecido, pois promove o desenvolvimento econômico sustentável, facilitando a inclusão dos cooperados no mercado, retirando a restrição da necessidade de atravessadores e trazendo benefícios como preços mais justos (Contrigiani et al, 2023).

A cooperativa é fundamentada nos princípios do cooperativismo, que promovem a cooperação entre seus membros. Nessas organizações, não há uma relação de emprego e salário, como na iniciativa privada, mas sim um espaço onde o cooperado trabalha para o bem coletivo e, conseqüentemente, para seu próprio benefício. Para Schneider (2015), o cooperativismo

“abre um espaço para que cada associado demonstre suas capacidades e qualidades de associado participativo, vigilante, mas também como produtor, prestador competente de serviços.”

#### *2.4. Cooperativas de agricultura familiar*

A agricultura familiar é composta por uma diversidade de agricultores, que muitas vezes estão dispersos, o que torna o processo de comercialização uma dificuldade. Ao tentar minimizar essas dificuldades e aumentar a organização nas atividades familiares, a união em forma de organizações coletivas se torna uma solução eficiente. O cooperativismo pode ser visto como uma forma importante de aumentar a renda dos agricultores e facilitar o acesso ao mercado e as políticas públicas (Schinaider et al., 2018).

Segundo Sousa e Jesus (2023), a capacidade dos agricultores familiares e suas organizações cooperativas em criar novas formas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos é reconhecida e faz com que sejam construídas novas formas de inserção nos mercados alimentares alternativos para aqueles que não conseguem ou não querem se incluir nos mercados convencionais.

Para Freitas (2021) no Brasil existem diversas cooperativas de agricultura familiar que assumem papéis relevantes na vida das famílias dos associados, muitas vezes sendo o principal mecanismo de acesso a mercados. O autor ainda destaca que a possibilidade que a cooperativa dá ao agricultor familiar de vender seus produtos para políticas de compra governamental, faz com que seu papel seja estratégico na facilitação entre a conexão do produtor rural e as políticas públicas.

A Coopvieira, cooperativa de Teresópolis, é um exemplo de superação e de como as cooperativas de agricultura familiar podem beneficiar uma região. Criada a partir de um momento de desastre com chuvas na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro, a cooperativa hoje é uma fonte de desenvolvimento e segurança alimentar na região. (Sistema OCB, 2022)

### **3. Método de pesquisa**

Para Gil (2008) a pesquisa descritiva possui como principal função descrever as características de um fenômeno ou população, além de estabelecer relações entre as diferentes variáveis envolvidas. Prodanov e Freitas (2013) escrevem que na pesquisa descritiva o pesquisador observa, organiza e analisa dados, mas não interfere neles. Essa pesquisa pode ser caracterizada como descritiva pois descreve e analisa como as cooperativas agroalimentares estão inseridas no contexto da luta para reduzir a insegurança alimentar no Brasil.

Prodanov e Freitas (2013) classificam as pesquisas qualitativas como aquelas onde o próprio ambiente e suas relações são considerados fonte de dados, não havendo como dissociar a subjetividade do sujeito e a objetividade, não tendo como traduzi-la em números. Já quanto à pesquisa quantitativa os autores destacam que “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p.69).

Marconi e Lakatos (2010) entendem que a pesquisa qualitativa, consiste em observar os fenômenos da forma que eles acontecem espontaneamente, extraindo as informações consideradas relevantes para análise. Dessa forma, em relação à forma de abordagem, o estudo utilizará a abordagem qualitativa, pois procura-se compreender as relações de interação entre

as cooperativas e a sociedade, a partir de análises subjetivas, no entanto, o estudo dos dados numéricos de insegurança alimentar, produção de alimentos, agricultura familiar e cooperativas agroalimentares faz-se importante para a compreensão do papel da cooperativa dentro da economia e da sociedade.

Para a realização desta pesquisa, foi feita uma revisão da literatura, além de uma busca de dados e documentos em órgãos oficiais do governo e reconhecidos pelo assunto. As publicações foram consultadas nas bases de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Para a busca, foram utilizadas as palavras-chaves “insegurança alimentar”, “agricultura familiar”, “cooperativas agrícolas”, “cooperativismo”, “impactos ambientais”, “sustentabilidade”.

As publicações que apresentaram títulos coerentes com a pesquisa foram arquivadas, sendo um total de 47. Após a leitura de todos os resumos, foram selecionados 23 publicações para serem lidas integralmente e a partir de uma análise de conteúdo com o fichamento das ideias centrais foi possível chegar ao resultado da pesquisa.

#### **4. Resultados e Discussão**

A pesquisa resultou em alguns pontos importantes que foram observados e serão destacados a seguir.

O primeiro ponto a ser destacado é a natureza das cooperativas como empresas de propriedade dos membros. As cooperativas são definidas por sua estrutura de empresa-própria, ou seja, os membros ao passo que são os trabalhadores, são também os que são “donos”. A cooperativa em si é constituída de seus cooperados, não tendo um só “dono”. Cada cooperado tem uma parcela dos recursos, rendimentos e possui poder de decisão, construindo uma gestão democrática e inclusiva. A natureza das cooperativas, como destacada pela OCB em sua definição das mesmas, contribui para uma gestão participativa e descentralizada que reflete diretamente nas práticas e no sucesso das mesmas. A propriedade compartilhada entre os cooperados permite uma tomada de decisão mais inclusiva e ajustada às necessidades do grupo e também individuais, criando um ambiente de maior coesão e solidariedade. Além disso, essa estrutura permite que as cooperativas implementem práticas mais flexíveis e inovadoras que atendam melhor às demandas do mercado e às especificidades de seus membros.

O segundo ponto em destaque são os casos de sucesso apesar das condições difíceis de atuação. Foi possível perceber que apesar das dificuldades que as cooperativas e a agricultura familiar podem enfrentar, o espírito de colaboração e cooperação entre os membros muitas das vezes cria novas possibilidades de sucesso. O estudo de Souza e Jesus (2023) demonstra como cooperativas podem superar adversidades, como desastres naturais, e emergir mais fortes. Freitas enfatiza que, além da capacidade de recuperação, essas cooperativas conseguem transformar desafios em oportunidades de crescimento e fortalecimento institucional. Casos como o da Coopvieira em Teresópolis, no Rio de Janeiro, que é uma cooperativa nascida em meio a um desastre e que hoje representa grande importância pra região em termos de segurança alimentar, ilustram a importância de uma gestão adaptativa e inovadora, onde a capacidade de aprender e se ajustar rapidamente às novas circunstâncias contribui para o sucesso e a resiliência. Além disso, os casos de sucesso oferecem um modelo inspirador para outras

cooperativas enfrentarem desafios similares, promovendo a troca de boas práticas e o fortalecimento da rede cooperativa.

O terceiro ponto a ser destacado é a importância das cooperativas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Fritas (2021) destaca em seus estudos que a partir das cooperativas, os produtores da agricultura familiar tem a possibilidade de acesso mais fácil aos mercados, aos financiamentos e recursos disponíveis. Além disso, o poder de negociação dentro de uma cooperativa torna-se bem maior do que o produtor rural teria ao negociar sozinho. A filiação a uma cooperativa também traz ao cooperado maior profissionalização, com acesso à cursos, treinamentos e conhecimento de práticas sustentáveis para produção.

Como último ponto e primordial para os estudos, destaca-se a importância das cooperativas para a redução da insegurança alimentar. O papel das cooperativas em relação à luta contra a insegurança alimentar fica evidente, pois são organizações que ajudam os produtores a acessarem os mercados de forma mais eficiente e justa, aumentando sua renda e qualidade de vida e levando para os demais consumidores locais alimentos de qualidade, com produção sustentável e de valor melhor. As cooperativas aumentam a distribuição e consequentemente o acesso aos alimentos por populações mais afastadas e onde os grandes mercados não se estabelecem.

## 6. Conclusões

A pesquisa apontou que as cooperativas de agricultura familiar desempenham um papel importante para a redução da insegurança alimentar no Brasil e possuem o potencial para serem utilizadas como armas nessa luta. Ao unir os esforços em cooperação, os produtores familiares são beneficiados e capazes de beneficiar sua região.

Em um primeiro momento, as cooperativas oferecem aos produtores uma base para aumentarem suas vendas, pois possibilita negociarem de formas mais eficientes e conseguirem acesso ao mercado para venderem seus produtos, acarretando uma melhora de vida através da obtenção de renda. Mas, além desse aspecto, a cooperativa promove cada vez mais a profissionalização dos agricultores, levando acesso a assistência técnica, melhores práticas e tecnologia. Isso melhora não só a qualidade dos produtos, mas também o caráter sustentável da produção. Outro aspecto importante é que as cooperativas agrícolas possibilitam uma maior inclusão social e econômica das regiões rurais, proporcionando trabalho e renda e proporcionando um desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Dessa forma, o investimento nessas organizações mostra-se essencial. Para que as cooperativas de agricultura familiar sejam valorizadas, devem primordialmente serem apoiadas por meio de políticas públicas e investimentos adequados. Ao fortalecer essas organizações, será possível avançar significativamente na luta contra a insegurança alimentar, promovendo uma alimentação mais saudável, sustentável e acessível para todos os brasileiros.

A pesquisa foi fundamentada a partir de uma revisão da literatura. Mas, há limitações, pois apesar de ser um assunto muito importante, ainda há um espaço a ser preenchido por estudos sobre o tema. Para uma compreensão ainda mais profunda e análise do impacto que as cooperativas agroalimentares podem trazer à sociedade como um todo e o seu papel na redução da insegurança alimentar, é recomendado que sejam realizadas pesquisas de campo. Estudos



que possam abordar entrevistas com cooperados, análises de casos locais e levantamentos de dados empíricos podem trazer contribuições valiosas para a criação de estratégias de fortalecimento das cooperativas e da agricultura familiar.

## Referências

CASTILHA, E. D. A evolução histórica do cooperativismo no mundo. *Orbis Latina*, v. 9, n. 1, p. 128-142, 2019.

CASTRO, J. Documentário do nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, J. Geopolítica da fome. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CONTRIGIANI, A. C.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; MONTEBELLO, A. E. S.; SAUTIER, D. Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 5745–5760, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i4.2019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2019>. Acesso em: 20 abr. 2024.

EMBRAPA. Estratégias para a Agricultura Familiar: Visão de futuro rumo à inovação. Distrito Federal, 2020.

FREITAS, A. F. Cooperativismo, agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar: reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S131603542010000200005&lng=es&tlng=es](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131603542010000200005&lng=es&tlng=es). Acesso em: 23 abr. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos da agricultura familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 21 abr. 2024.

JUNIOR, José Raimundo Sousa Ribeiro. Atlas das situações alimentares no Brasil: disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021. 120 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historiaii/china-e-india](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historiaii/china-e-india). Acesso em: 20 abr. 2024.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. História do cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS); FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA); UNICEF; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo: Relatório de 2022. Roma: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PAGNOSSIN, Pedro. [Gritos do silêncio] O Brasil de volta ao mapa (da fome). Universidade Federal de Santa Maria, 2024. Disponível em: <https://ufsm.br/r-411-7793>. Acesso em: 16 set. 2024.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. Metodologia do trabalho científico. Universidade FEEVALE, 2013.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SCHNEIDER, J. O.; LAUSCHNER, R. O cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuições. Porto Alegre, RS: Fundação Friedrich Naumann, 1979.

SCHINAIDER, A. D., et al. Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural. Gestão e planejamento de agroindústrias familiares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SIMONETTI, E.; SILVA, A. Uma análise na cooperativa de produção dos agricultores familiares do Território do Bico do Papagaio. Revista Ciência Agrícola, v. 15, n. 12, p. 55-58, 2017.

SISTEMA OCB. Desenvolvimento social e Coopvieira retomam parceria. Disponível em: <https://rio.coop/2022/09/26/desenvolvimento-social-e-coopvieira-retomam-parceria-paraentregar-alimentos-da-agricultura-familiar-para-familias-carentes>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SOUSA, D. N. de; JESUS, M. E. R. de. A contribuição do cooperativismo para inclusão produtiva de agricultores familiares: estudo de caso no Tocantins, Brasil. Cooperativismo & Desarrollo, v. 31, n. 125, p. 1-21, 2023.

VASQUES, Samuel Tafernaberi. Dinâmicas sócioeconômicas na prática dos feirantes agricultores familiares de Chapecó – SC. Dissertação (Mestrado) - PPGDR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

ZIMMERMANN, Silvia; DE PAULA, Nilson Maciel. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4849>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ZIMMERMANN, Silvia; DE PAULA, Nilson Maciel. O Brasil dos famintos em pleno século XXI: evidências de uma tragédia contínua. Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/5606>. Acesso em: 24 abr. 2024.